

Lições da Rua (*ou Quando a Rua vira Casa*):

Algumas considerações sobre *habito* e *diligo* no meio urbano¹

Autores:

MELLO, Marco Antonio da Silva

&

VOGEL, Arno

As transformações das cidades brasileiras suscitam, desde a segunda metade do século passado, um dilema, tanto mais agudo quanto mais aceleradas as mudanças, nas últimas décadas. Que modelo de vida urbana se pretende instituir, afinal de contas? Como deverá ser o espaço construído sob o império desse modelo? Quais maneiras de habitar nos propõe ou impõe esse espaço?

As escolhas se mantiveram muito claras a esse respeito. No final dos anos 60, chegou mesmo a se oficializar em grande estilo, através da nova Capital da República: Brasília, esse monumento aos cânones do funcionalismo modernista sob cuja égide se havia formado a geração que mandava na arquitetura e no urbanismo brasileiro. [A construção de Palmas, capital do novo Estado do Tocantins, na década de 90, revela a permanência da adesão a esse modelo arquetípico.]

Neste sentido, o que se aplicou, em linhas gerais, foi um modelo comprometido com a idéia de que existe algo como uma *boa forma* urbana,² decorrente da relação optimal entre as necessidades humanas e os meios, escassos, como cumpre, necessários ao atendimento destas. Trata-se então, de maximizar recursos tendo em vista determinados fins cujo caráter essencial e invariante os torna abstratos e inespecíficos. Valem para o humanidade inteira, configurando uma espécie de “lei natural” da sociedade que o intelecto atento e adestrado (e cartesiano) pode revelar e compreender.

A tudo isto se acrescenta o positivismo de nossa tradição intelectual e o autoritarismo de nosso viés hierárquico. O que se faz é atacar os problemas com base em teorias acadêmicas nas quais está implícita uma filosofia espontânea das relações entre *elite* e *massa*, esses opostos complementares do nosso imaginário sociológico. De um lado estão os que têm o privilégio do conhecimento e da técnica. Do outro, os que precisam da mão paternal e condutora. Como, os necessitados de uma certa tutela benevolente e iluminada, poderiam pensar e construir um modo de vida verdadeiramente racional e progressivo se não fosse por essa orientação esclarecida?

Os trabalhos antropológicos, cuja tradição se desenvolveu no âmbito do confronto entre o *eu* e o *outro*, entretanto, adotam uma postura diferente. Desconfiam dos discursos autocentrados e sentenciosos. Seus objetos se constróem no entroncamento das teorias nativas com as teorias dos

pesquisadores. Sabem perfeitamente que é preciso relativizar ambas, porque o mundo é a síntese tensa e cambiante das versões que pretendem dar conta dele. Por isso recorrem ao relato etnográfico. Observam comportamentos e costumes. Registram os desempenhos regulares, sem descartar as singularidades. Mas, sobretudo, prestam atenção a tudo que é comum e cotidiano. Trabalham com os materiais mais elementares que se oferecem à imaginação sociológica. E se utilizam também da mais universal e corriqueira técnica de reprodução de fatos, eventos e processos: a *narrativa*.

Fazer uma etnografia é como decifrar um palimpsesto,³ procurando reconstituir a unidade significativa que o texto apresenta para aqueles que os conceberam. Essa tarefa é bastante complexa, pois exige que sejam levadas em conta certas incoerências, rasuras, emendas e interpolações. Sem falar nos comentários, quer dos membros dessa autoria coletiva (os “nativos”), quer dos seus possíveis observadores externos (os pesquisadores, as autoridades, os técnicos etc.).

Nossa etnografia, realizada em 1979, articulou-se, para efeitos do trabalho de campo, em torno de dois casos ilustrativos do que considerávamos uma polaridade característica das cidades brasileiras, em particular nas regiões metropolitanas. A tradição urbana ibérica, predominante e reproduzida na arquitetura e no urbanismo dos bairros e subúrbios mais antigos, constituía um dos extremos do espectro. No outro, estavam os modelos do modernismo, que tratavam de compensar sua falta de inércia histórico-cultural com uma extraordinária agressividade ideológica, assentada no cientificismo progressista, legado mais duradouro do nosso século XIX.

O primeiro desses casos foi o Catumbi, bairro popular adjacente ao centro da cidade do Rio de Janeiro. Sua ocupação data de meados do século XIX, quando era um lugar de quintas e chácaras nobres. Mais tarde, acolheu numerosos imigrantes, principalmente açorianos, italianos, espanhóis e ciganos. Situado na área da Cidade Nova, foi votado à erradicação pelo Plano Doxiadis. A renovação urbana, que chegou em meados dos anos sessenta, botou abaixo mais da metade do bairro. Em 1981, um decreto de preservação ambiental, obtido depois de longos anos de intensa luta e mobilização dos seus moradores, conseguiu proteger da destruição o que ainda restava dele.

O segundo caso foi a Selva de Pedra; na realidade *caso de controle*. Fruto do urbanismo modernista, esta compreendia um conjunto de quarenta prédios, com 2251 apartamentos, às margens da Lagoa Rodrigo de Freitas, no Leblon, em pleno coração da Zona Sul do Rio de Janeiro, construídos lá onde, anteriormente, existira a Favela da Praia do Pinto, ela mesma uma das vítimas da ‘política de remoções de favela’, implementada pelo Governo do Estado, desde meados dos anos 50, atingindo o paroxismo na década de sessenta.

Casos e objetivos

Os dois casos – Catumbi e Selva de Pedra, no entanto, serviram aos propósitos da pesquisa de modo diferente. O Catumbi foi o campo do estudo intensivo. Todas as análises se apoiam nele. As evidências foram obtidas a partir dele. E é ele que pode reivindicar o direito de ter sido a chave-mestra de todas as conclusões, substantivas ou teóricas. A Selva de Pedra contribuiu de outra forma. Funcionou como referencial por contraste, testando as informações; desafiando o trabalho de observar, compreender e concluir. Teve, pois, uma presença fantasmática, ou, talvez fosse melhor dizer, em filigrana.

O foco da pesquisa foi a apropriação do espaço. Um processo que faz parte da dimensão do vivido, da experiência quotidiana. Isto nos levará, pois, a matizar um pressuposto básico da Antropologia: o de que toda utilização do espaço relevaria de uma teoria implícita, cuja formulação se apóia em um sistema classificatório dos espaços e das atividades. Para além da dimensão sensível da materialidade de ambos, existiria uma dimensão simbólica. Qualquer sociedade teria códigos próprios de leitura e, portanto, do uso do espaço social. Seriam estes códigos que determinariam o aproveitamento dos lugares, definindo pertinências e impertinências. Assim se constituiria uma *prática*. E esta seria, ao mesmo tempo, estruturada *em função de* e estruturante *com relação a* certos valores vigentes na 'comunidade'.

Houve uma precaução metodológica constante: Não perder de vista a relatividade dos esquemas classificatórios que o registro etnográfico parecia cristalizar sob os nossos olhos. As grandes oposições se desdobram e reduplicam. A distinção entre o claro e o escuro tem sentido, seja no escuro, seja no claro.⁴ Assim há, nas cidades, espaços construídos, fechados e, mais ou menos, privados (casas, lojas, oficinas, escolas, clubes, igrejas etc).

Entre esses dois extremos se estabelecem relações de apropriação diferencial. Os objetivos que perseguimos com nossas análises e observações consistem em demonstrar que no caso-base da etnografia podem ser detectados mecanismos complexos de classificação das práticas sociais, no que se refere ao uso variado dos espaços urbanos. Achamos que estes mecanismos se opõem às concepções ordenadoras do projeto racionalista-modernista, atualizadas na Selva de Pedra.

Partimos da formulação de uma proposta comparativa, portanto. As formas de apropriação dos espaços de uso comum deviam ser diferentes nas áreas urbanas não planejadas, em contraste com aquelas que se tinham constituído com base em técnicas minuciosas de desenho urbano e de acordo com teorias consagradas no *métier*. Queríamos, dessa forma, recuperar um saber que, em princípio, supunhamos existir nas regiões urbanas de desenvolvimento autônomo.

As áreas planejadas suscitavam uma certa desconfiança. O planejamento tinha conotações de uma intervenção normativa e autoritária, cuja competência e eficácia pareciam discutíveis. Era preciso avaliar a justeza dessas suspeitas: daí a comparação. A proposta original tinha, pois, um viés declarado. Positivo com relação ao urbano em sua vertente tradicional e vernacular. Negativo com relação ao discurso do planejamento, nas suas formulações e realizações.

A particularidade da pesquisa, entretanto, não se esgotava com essa dimensão comparativa. A forma de abordagem, ela mesma, representava um dos marcos de sua eventual originalidade. Não se tratava somente de descobrir e catalogar diferentes tipos de concepções do espaço, mas de fazê-lo de modo radical: Quer dizer, observando as estratégias de instituição do social *nas e através das* práticas quotidianas.

Do ponto de vista metodológico, o alvo da investigação antropológica e urbanística era contribuir para uma compreensão mais nítida e articulada da praxiologia e da pragmática dos espaços na vida urbana das metrópoles brasileiras. O que estava em jogo, portanto, era o entendimento das ações, normas e condições que orientam as práticas de apropriação do espaço pelos seus utentes.⁵

Espaços, Valores e Atividades

A primeira coisa que procuramos descobrir foi como os moradores do Catumbi compreendiam seus espaços. Tinha de haver uma ordem; pois, espaços contínuos e indiferenciados não fazem sentido. E o que não faz sentido não é passível de apropriação. É preciso que as pessoas atribuam signos às coisas para que possam servir-se delas. Espaços construídos são capazes de sustentar um modo de vida desde que lhe sejam outorgados certos valores. Este processo de valorização consiste em formar grupos, delimitar fronteiras e distinguir funções. Dessa maneira surgem as categorias.⁶

Categorias, entretanto, não existem a não ser com referência a recortes da realidade. Têm caráter denotativo. Indicam, apontam, acusam. Nomeiam seus referentes. Mas não se limitam apenas ao exercício da onomástica, no mundo das coisas. Vão além. Determinam a localização de elementos, ou conjuntos de elementos, dentro de um sistema. Isto equívale à montagem de uma lógica articulatória. Uma hierarquia de princípios relacionais – *uma gramática*.

Para descobrir essa gramática recorreremos a duas fontes distintas de informação. A primeira delas consistiu no conjunto de referências que o discurso dos utentes faz ao domínio dos recortes físicos do bairro. Ao mesmo tempo, e de maneira fragmentária, a observação da prática de uso dos espaços forneceu os dados que complementavam e esclareciam a primeira.

Começamos pelo óbvio. Falamos de casas, ruas, calçadas e quintais; de portas e janelas; soleiras e varandas. Estas não são apenas porções designadas do espaço social, mas categorias de uma classificação sofisticada e de alta capacidade operativa. Tais elementos se juntam como se fossem substantivos, adjetivos, conjunções e preposições. São componentes potenciais de um enunciado. Convertem-se nele sempre que haja uma predicação, um ato, um *fazer*.

Um sistema de espaços existe em conexão com um sistema de valores. Por sua vez, ambos são impensáveis sem a existência de um sistema de atividades, quer dizer, de uma prática efetiva de valores e espaços. Considerar cada um desses conjuntos em separado é apenas um artifício analítico, que procura destrinçar a síntese astuciosa de uma totalidade complexa. O artifício distingue um conjunto de espaços que abrange as categorias gerais *casa* e *rua* e todas as que lhes são correlacionadas - como quintal, esquina, calçada, porta ou janela. Em seguida, forma outro conjunto, desta vez de valores, onde se agrupam os termos que, associados aos precedentes, lhes conferem uma qualificação. Este conjunto abrange as noções de *público* e *privado*, formal ou informal, visível ou invisível, familiar ou estranho, com suas implicações sociológicas e morais. Por fim, delimitam um terceiro termo - o sistema de atividades e usos que em sua correlação com os outros dois faz surgir a dinâmica do todo. Graças a isto, espaços e valores são atualizados, no dia-a-dia das pessoas. Tal como o ato de falar cria a língua, os (a) fazeres quotidianos efetuam o espaço.⁷

Cada vez que alguém decide o que fazer, e em que lugar, está contribuindo para a vitalidade do sistema de espaços e valores. Esta idéia nos parece crucial. Quem pratica o espaço é também, de maneira muito sutil, aquele que o produz. No sentido de *pro-ducere* – fazer aparecer. Assim, paradoxalmente, é o ‘consumidor’ que produz, não o sistema como um todo,

pois isto está para além da competência do indivíduo, mas um certo estilo do sistema. Uma forma específica de utilizar a ordem estabelecida. O estilo nada mais é do que o modo peculiar de apropriação do espaço.

As diversas conjunções dos três sistemas, por sua vez, criam os diferentes contextos onde se dá o desempenho dos papéis sociais. Cada contexto é um *palco* e cada palco tem um suporte material (uma casa, por exemplo); um *script*, ou texto de ação (o trabalho, o lazer, a festa) que orienta os atores na sua *performance*. Tem lugares valorados - masculinos ou femininos, adultos ou infantis, íntimos ou expostos.

Para que a cena tenha êxito (reconhecimento social) é necessária a habilidade de estar no lugar certo, à hora combinada, fazendo a coisa pertinente, de maneira apropriada e correta. As práticas do quotidiano têm objetivos funcionais e instrumentais imediatos. Além deste, no entanto, possuem um caráter performativo. Vale dizer: a prática do espaço cria os lugares e os valores que são caros à comunidade do praticante. Por isso as práticas de apropriação constituem uma estratégia privilegiada para o registro e a interpretação de qualquer realidade social, sempre que se trata de estudá-la no terreno.

Vimos, diariamente, os moradores tecerem suas tramas e trilhar seus caminhos. Observamos como criavam (e recriavam) seu ambiente físico e a ambiência das freqüentações. Nossa familiaridade com esse universo social cresceu, pois, na razão direta de nosso aprendizado. Descobrir os códigos e provar o nosso saber foi um trabalho de síntese penosamente elaborado, frequentemente a contrapelo dos esforços que fazíamos para compreender a classificação por via analítica.

As Classificações, e Como Elas Funcionam

Do alto, um quarteirão do Catumbi revela particularidades significativas. Em primeiro lugar, ressalta a disposição das casas. Perpendiculares às ruas, elas se alongam na direção dos respectivos quintais. Coladas umas às outras, e todas à rua, formam uma barreira física compacta, circunscrevendo um miolo constituído pelo conjunto heterogêneo dos quintais. Da rua não se pode ver o quintal, e vice-versa. A casa, no entanto, olha para os dois.

Olhar da casa para a rua não é, no entanto, o simétrico inverso de olhar da casa para o quintal. A rua, sendo pública, é de todos e se oferece livremente ao observador. A vista do quintal, em contrapartida, deve limitar-se ao *nosso* quintal. A materialidade dos muros, trepadeiras e cercas vivas expressa o direito a uma relativa invisibilidade. Essas fronteiras unem e separam. Estabelecem distâncias sociais. Impõem reserva e respeito.

Os quintais fazem parte do espaço privado da habitação. Servem a certas atividades vitais do grupo doméstico. São o lugar dos sanitários, do tanque de lavar roupa, do varal, do galinheiro, das árvores frutíferas e das plantas, dos quartos de despejo. E do cachorro. No quintal as mulheres realizam uma parte considerável de seu trabalho. Enquanto isso, as crianças, que ainda não têm idade para brincar na rua, jogam bola, pulam amarelinha, montam casinhas ou se divertem com pique-esconde. As vizinhas, ocupadas com suas tarefas rotineiras, conversam, protegidas pelos muros que separam suas respectivas casas de moradia sem se ver. À noitinha, ou nos feriados, os

familiares e amigos se reúnem aí. Nessas ocasiões o quintal se transforma numa sala-de-visitas a céu aberto.

Porque é uma extensão da casa, o quintal está associado à intimidade. O acesso a esta área passa, literal e metaforicamente, pela casa. Está reservado às pessoas “da casa”. E é lógico que seja assim, porque é nele que se expõem também uma dimensão da vida quotidiana que precisa ser resguardada.

O quintal é uma espécie de bastidor da unidade doméstica. É o lugar ao qual estão relegados os cuidados de higiene, a roupa lavada, as plantas e os animais – a ‘natureza’ a nível doméstico. As crianças de socialização incompleta se mantêm confinadas no limite de seus muros. Trata-se portanto de uma projeção interna do espaço da casa. Um reverso da fachada. Exposição da casa para si mesma e para seus moradores.

A oposição da casa à rua envolve a idéia geral de gradação, tal como esta se aplica aos espaços da própria casa. A rua, simétrico oposto da casa, tende a identificar-se com o que é público, formal, visível e masculino. A casa, em contrapartida, tem a ver com o que é privado, informal, invisível e feminino. De resto, esta lógica parece generalizada nas culturas mediterrâneas, representadas no Catumbi pelos italianos, portugueses, ciganos *calon* e espanhóis.

A rua é um lugar de passagem. Caminho que leva ao trabalho, ao lazer, ao culto e às compras. Ela mesma, aliás, serve a todas essas atividades. Por isso, mais do que uma simples passagem é um lugar onde se desenvolvem os ritos da sociabilidade. As calçadas, que acompanham o correr de casas e o traçado da via pública são importantes neste particular, pois definem um espaço físico e social que serve à mediação entre a casa e a rua. De certo modo, podemos dizer que as calçadas pertencem às casas. Não que façam parte delas enquanto propriedade jurídica, mas porque estão sob a responsabilidade da casa. Por esse motivo seu caráter público contrasta, muitas vezes, com as formas de apropriação às quais se prestam em determinadas circunstâncias ou momentos.

As maneiras de ocupar essas áreas do espaço urbano ajudam a criar uma ambiência que os moradores associam com o modo de vida tradicional do Catumbi. Houve um tempo que as cadeiras na calçada era a marca registrada do bairro, nos instantes de lazer. Era um hábito cultivado por todos sentar-se à porta de casa, nas tardes preguiçosas dos sábados e domingos, ou nos dias de semana, após o trabalho. Hoje esse costume vai se extinguindo. Poucos o mantêm ainda. Entre eles os ciganos, co-fundadores e fiéis depositários das “tradições” do bairro.

Além das casas, ruas e calçadas convém prestar atenção às portas e janelas, embora não tenham mais a importância de antigamente. O urbanismo contemporâneo roubou-lhes uma parte substancial de significados. Nos ambientes urbanos “obsoletos”, entretanto, muitas coisas acontecem graças ao espaço das portas e soleiras.

As janelas e postigos têm uma variedade análoga de significados. Servem para a comunicação com a rua. Através delas, as mulheres observam o que se passa diante da casa, registrando eventos e atividades; controlando o comportamento de transeuntes e vizinhos. São espectadoras, mas podem se transformar em participantes intervindo no espetáculo a qualquer instante, quando chamadas a desempenhar os papéis que compõem sua identidade.

Quando as crianças brincam na rua, por exemplo, as mães acompanham os folguedos que têm lugar na calçada, ou no próprio leito da rua. Das janelas controlam as situações, os conflitos e as maneiras. Alertam, repreendem ou corrigem. Zelam pela segurança e boa educação dos filhos. Suas intervenções suscitam um discurso marcadamente doméstico e moralizante. As crianças, o cotidiano, os problemas da casa e da família constituem a temática recorrente dessas conversas que se dão *através da rua*, de janela para janela, de porta para porta, de uma soleira para a outra. Nesses momentos, o espaço da rua defronte à casa mais parece um quintal sem muros. A via pública assume um aspecto diferente, criado a partir de um modo de apropriação. A familiaridade domina o espaço coletivo nessas ocasiões.

Uma janela pode servir de 'balcão'. O caso do alfaiate da Rua Emília Guimarães é ilustrativo. Seu *atelier* é a casa. A janela aberta serve para o atendimento dos fregueses. Uma porção da calçada se integra, então, funcionalmente ao seu espaço de trabalho. Às vezes, no entanto, os homens conversam à janela, em torno de uma garrafa de cerveja. Em vez do trabalho o lazer, como se a janela fosse o balcão de um bar.

A porta aberta (ou entreaberta) para a soleira de cantaria, se assemelha, em certos ângulos, à janela. Mas se diferencia desta com nitidez, quanto a outros aspectos. Como a janela, é lugar de sentar-se para ver o movimento, conversar ou atender pessoas. Mais que tudo, porém, é o limiar da casa. Lugar privilegiado dos ritos de incorporação e de separação, das passagens entre a casa e a rua. Na calçada, junto à porta, é que se colocam as cadeiras, ou se desenvolvem os brinquedos infantis mais sossegados. Aí se colocam também os caixotes para 'sueca', que os homens gostam de jogar ao cair da tarde ou depois do almoço.

Além das casas de família, as oficinas, garagens, armazéns e quitandas podem se apropriar igualmente das calçadas. E, de certo modo, isto tem a ver com as portas. Quanto mais portas se abrem para rua, mais espaço público é passível de utilização e mais intenso o seu aproveitamento por parte da "casa". Não é por outro motivo que botequins e armazéns se expandem na direção da rua através de duas, três ou mais portas amplas.

Esse pequeno *corpus* etnográfico mostra como e porque a análise de espaços deve levar em conta as atividades que se dão nos seus diversos recortes. Assim como a rua se define pelas formas de sua apropriação, qualquer outro espaço é, também, caracterizado pelos múltiplos usos a que se presta. Os significados que determinados suportes materiais (esquinas, calçadas, soleiras etc) assumem são o resultado de sua conjugação com certas atividades. E mudam na medida em que esta conjugação venha a se alterar.

Falamos dos espaços e do que pode acontecer em cada um deles sem quebra das 'regras gramaticais', quer dizer, de forma reconhecida e apropriada. O que pode acontecer, entretanto, varia enormemente. Depende da hora, depende da data, depende de quem e de como. Mas, na variação mesma dos eventos possíveis, existe uma lógica que está para além das vontades e conveniências individuais. Por isso o espaço é apenas mais uma dimensão social. Constituída por ele, e constitutiva dele, ao mesmo tempo. Assim fica fácil compreender que nesse tipo de levantamento é imprescindível manter um registro metódico, quer das categorias, quer dos usos que se

referem aos elementos do espaço urbano, observando o que seus praticantes fazem, ou consideram factível.

Nossa visão do espaço privilegia, pois, o aspecto processual e dinâmico. A razão da escolha é teórica: Não acreditamos na existência prévia e estanque de um conjunto de regras apostas em seguida a um conjunto de lugares. A regularidade existe, precisamente, na variação das maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, usado e apropriado. As regras estão em permanente construção, como se a ordem social em aberto fosse negociada passo a passo e permanentemente. Nesta prática cotidiana está o seu segredo. A partir dela podemos descobrir não só os princípios lógicos da operação do sistema, mas também sua função estruturante das relações sociais entre os atores. Praticar o espaço deste ou daquele modo significa conceber a vida social de tal ou qual maneira.

As atividades como que *escolhem* seus lugares, apropriando-se deles, conformando-os às suas exigências, mas ao preço de uma ação de retorno. Existem conjugações de espaços e atividades onde os primeiros não são apenas formas inertes que abrigam um conteúdo eventual, mas elementos determinantes da própria ação. E ao contrário: o que acontece em um local não deve ser visto somente como uma substância que, vertida no espaço-recipientes, tomasse a forma deste. Os eventos decidem a respeito das próprias qualidades formais do espaço. Produzem, moldam e esculpem os ambientes.

Em síntese: um espaço é sempre espaço de alguma coisa (ou evento), assim como as coisas (ou eventos) só podem ter lugar em algum espaço. A etnografia do espaço social tem de ser, por esse motivo, o registro atento do que efetivamente se passa nele. Esta é condição para que o sistema, se podemos ainda falar de sistema, possa se apresentar na sua síntese complexa e dinâmica. A classificação sem as práticas é uma estrutura cristalina, admirável pela pureza de suas linhas e articulações, mas inerte, rígida, sem vida. As práticas, por seu lado, são caleidoscópicas, mutáveis e mutantes. Sem a noção dos princípios classificatórios que atualizam, porém, permanecem incompreensíveis e desordenadas aos olhos do observador. Classificações e práticas pertencem a ordens diferentes. Uma é do domínio do pensar e do conceber; a outra faz parte da ordem do vivido, da experiência. Graças à assimetria desse encontro há vida e movimento, mudança e conservação.

Outro exemplo etnográfico pode ajudar a compreensão nesse ponto. Por isso convém retomar a oposição básica entre *casa* e *rua*. À primeira vista, são termos opostos e excludentes. Uma rua é uma rua. E uma casa é uma casa. São coisas diametralmente opostas. Inconfundíveis. Na aparência, ao menos.

A polaridade é tão forte que não se limita à demarcação do espaço físico, construído. Dizer *casa* implica todo um mundo de relações sociais. A casa são as pessoas da casa. O grupo familiar, unido pelos laços de substância, que o parentesco organiza. São os valores da intimidade preservada pelo recato. A hierarquia, o respeito do recesso. Asilo inviolável, diz a Constituição. É o reino da informalidade, permitindo ao que deles participam o descanso, o não-estar-necessariamente-arrumado e a tranquilidade de um convívio harmônico, "natural", regime de familiaridade *par excellence*.

A categoria *rua* polariza outro conjunto de relações sociais, no entanto. Oposto ao da casa. Na rua encontramos um universo de cidadãos abstratos. Indivíduos anônimos regidos por laços contratuais.

O trabalho pertence a este universo. Como a luta, a surpresa e o perigo. Se a casa é, no extremo, a esfera da personalização mais absoluta dos contatos sociais, a rua é o domínio da mais completa impessoalidade. Domínio público por excelência onde se dão as relações formais, expostas e visíveis, submetidas à lei e à ficção sociológica universalista do dinheiro.

Todas essas oposições são relativas, no entanto. O termo *rua*, por exemplo, designa tanto o caminho público que passa entre dois renques de casas, muros ou paredes, quanto o conjunto de todos esses elementos. Por extensão, aplica-se igualmente aos habitantes da rua. Na realidade, o universo assim definido comporta relações de substância, domínios de intimidade e informalidade, lugares mais ou menos controlados, onde o valor da lei e do dinheiro se relativiza, diante dos requisitos da amizade, do respeito e do favor.

As ruas do Catumbi são exemplares, neste sentido. Encontramos aí casas que são exclusivamente residenciais; mas, ao lado destas, há outras, em que trabalho e moradia se mantêm numa relação de contigüidade informal. Em seguida, existem aquelas onde o negócio (trabalho) e o lar estão formalmente juntos. O bar-armazém cujo dono mora no sobrado é um caso típico dessa associação. Finalmente, há os estabelecimentos puros e simples. Tudo isto sem falar da rua propriamente dita, quer dizer, da parte não tomada pelas edificações; pois, também ela está longe de ser homogeneamente pública. Basta lembrar a existência dos “pontos”, que, mesmo sem serem propriedade de alguém, têm “dono”.

Uma casa pode ser a habitação de um morador da Rua Emília Guimarães. O mesmo indivíduo, no entanto, como freqüentador do Armazém São José, poderá dizer que este é “sua casa”, ainda que não more lá. O que significa esta incongruência?

Não há incongruência alguma, em primeiro lugar, ainda que as aparências o indiquem. A ilusão de contra-senso é provocada pelo modo de interpretar o esquema classificatório. Se tomarmos a polaridade em termos absolutos e radicais, alinhando casa com moradia (e privacidade), e rua com trabalho (e domínio público), fica difícil entender como o alfaiate pode ter seu negócio na própria casa, e como freqüentador do armazém poder se referir a este dizendo que é “sua casa”. O problema é que apesar de público, o armazém não deixa de ser um lugar marcado pelas relações pessoais (redes de amizade, p.ex.) e pelo *estar junto*, não associado ao trabalho, o que lhes confere conotações de intimidade e privacidade (‘refúgio’). Sua posição adquire, nessas circunstâncias, um caráter análogo ao da casa, propriamente dita, diante da rua. Mas basta olhar a coisa de outro ângulo e veremos o armazém como espaço público, ponto de reunião dos homens, lugar associado à vida do trabalho e, portanto, à rua enquanto domínio sociológico.

A variação de contexto suscita, pois, a reelaboração de sentido. Os conceitos classificatórios sofrem constantes restrições ou ampliações de espectro, graças à natureza metafórica inerente à linguagem, como a todos os sistemas classificatórios, de um modo geral. A criatividade do discurso reside exatamente nessa dinâmica de deslocamentos e na produção de novos significados (ou na expansão dos significados estabelecidos). É aí que encontramos a mais notável e problemática feição das classificações sociais. Graças a esta qualidade têm o poder de incorporar os eventos, no sentido próprio da palavra.

Retomando à questão dos espaços, preocupação direta do trabalho etnográfico e analítico, esperamos ter esclarecido que uma classificação não constitui (a não ser em casos-limites) obstáculo algum para a variedade das formas de apropriação dos espaços. O sistema classificatório não faz questão de se referir a espaços funcionalmente unívocos. Ele não é uma gramática, no sentido normativo. Não impõe a monomania da prisão de significado a um significante exclusivo. Um sistema de classificação permite muita coisa, embora essa “permissividade” classificatória tenha limites. Aplicá-lo não significa, certamente, uma contaminação arbitrária e descontrolada dos espaços que rege.

O sistema pode sempre ser reinterpretado, resignificado, manipulado, portanto. Suas aplicações contextuais serão aceitáveis apenas enquanto não ponham em xeque a consistência da classificação. Quando isto acontece, ou malogra o sistema, ou malogra o espaço. Provavelmente os dois. Do caos momentâneo, outro sistema e, com ele, outros espaços poderão surgir. O mecanismo de funcionamento se baseia na lógica das possibilidades. Tem, portanto, de conviver com o imponderável. Esta capacidade é que vai definir o seu poder e eficácia.

Convém tirar algumas conclusões sobre o funcionamento dos dispositivos classificatórios para consolidar o nosso argumento. Podemos tomar como exemplo os pares *rua* e *casa*, *público* e *privado*, jogando apenas com eles, sem complicar mais o esquema:

- *casa* e *rua* são classes (categorias) que designam e ordenam os elementos básicos do espaço urbano, estabelecendo um recorte ou concepção fundamental do mesmo, ao passo que *público* e *privado* correspondem a categorias do direito e da moralidade social;
- *casa* e *privacidade*, tal como *rua* e *vida pública*, constituem classes por analogia – *casa* : *privado* :: *rua* : *público*;
- mecanismo de inversão da ordem (do quotidiano) pode equacionar os termos do conjunto de outra maneira ainda, formando pares como: *casa* e *público*, ou *rua* e *privado* (ex. estabelecimentos e negócios, ou festas de comunidade).

Assim, existem ocasiões em que as ruas (ou certas ruas) se privatizam; do mesmo modo, há casas que se abrem ao público, em determinados momentos, marcados pelos rituais, quer da vida laica, quer da vida religiosa dos grupos.

A variedade de coisas que acontece no Catumbi é enorme. Essa constatação é quase imediata. Às vezes é difícil direcionar a observação, tantos são os focos que a atraem. Por toda parte encontramos residências, na sua maioria casas, entremeadas com um ou outro edifício. Se considerarmos que além de viver *em* um bairro, as pessoas podem viver *de* um bairro, a observação precedente adquire peso. Fora as residências, existem diversos tipos de estabelecimentos, produzindo, vendendo ou prestando serviços. Esta presença pode ser marcada por um maior ou menor grau de formalização. Quer dizer, podemos encontrar desde a casa de comércio estabelecida, a firma com alvará e razão social, até o pequeno negócio, desenvolvido no âmbito do grupo doméstico, sem tabuleta, papéis ou outro tipo de legitimação, perante o poder público.

A própria rua principal do bairro – a Rua do Catumbi, onde encontramos, além de casas, prédios de apartamentos, vilas, casas de negócio, atesta a coexistência destas múltiplas atividades. Bancos se alinham com supermercados, bares e lanchonetes, lojas de eletrodomésticos e material de iluminação, armarinhos, papelarias, lojas de doces, postos de serviço, garagens e estacionamentos. Açougues, padarias e confeitarias servem à freguesia do bairro. Depósitos, pequenas fábricas, oficinas e fornecedores por atacado, ótica e foto, vidraçaria, funerárias, lojas de flores trazem para o convívio da vizinhança um sem-número de pessoas que ajudam a garantir o movimento e a prosperidade do comércio. Tudo isso faz do Catumbi uma praça atraente também para as diversas modalidades do comércio ambulante. As ruas, as calçadas, as esquinas e o que se conhecia antigamente como o Largo de Catumbi, apresentam intensa vitalidade.

Essa perspectiva mostra o Catumbi como um espaço urbano marcado pela diversidade, que não é uma qualidade acidental, no entanto. Pelo contrário, tem a ver com as características e concepções do sistema classificatório atualizado neste tipo de ambiente urbano. O que fizemos acima com os pares de casa e rua, público e privado, foi uma pequena demonstração do que é capaz de gerar, quando aplicado aos espaços de um bairro.

Lições da Rua: o que um racionalista pode aprender no Catumbi

O discurso progressista e racionalista na arquitetura e no urbanismo contemporâneos parece desempenhar um curioso papel de máquina-do-tempo ao contrário. Não nos desloca para o futuro. Traz-nos o futuro, ou aquilo que se supõe seja o futuro. O presente é cheio de impurezas. Com suas manipulações, adaptações e ambigüidades é sempre aquilo que não presta mais. O ideal do planejamento de viés racionalista seria (desejo às vezes realizado) encontrar um vazio. O discurso da razão técnica poderia preenchê-lo. E, como um *deus ex-machina*, criar os espaços, dando-lhes um destino à sua medida.

Existem tantas funções, quanto necessidades básicas para a natureza humana. Não são muitas, e todas conhecidas a muito tempo. Construir casas e cidades é uma das respostas a alguns desses desafios. Felizmente, a sociedade moderna depositou em nossas mãos um vasto inventário de meios novos para fazê-lo. E nos deu também a racionalidade necessária à sua utilização. Assim dizem os racionalistas!

A proposta é simples, continuam. A melhor forma para uma função determinada – eis o progresso. Desde sempre, progredir foi obter o mais com o menos. Maximizar os fins em função dos meios. E Adam Smith provou, com o brilhantismo, e perdoáveis equívocos, que a divisão e especialização das partes de um todo tornava possível conseguir dele um rendimento exponencial.

As metáforas do maquinismo são recorrentes. A máquina surge como a obra-prima da racionalidade. Um conglomerado de especializações funcionais que divide e hierarquiza tarefas. A forma de cada peça concebida e executada para o papel que lhe cabe na engrenagem.

Esse discurso apresenta uma intrigante mistura de cientificismo e naturalismo. O argumento filosófico, nas suas linhas gerais, desenvolve-se, mais ou menos, da seguinte maneira: a ciência, toda ciência, não passa de um conhecimento da racionalidade imanente à Mãe-Natureza, que é sábia por definição; mas Razão e Natureza, neste argumento, são concebidas de acordo com cânones da mecânica clássica. O Renascimento e a Filosofia da

Ilustração consagraram a metáfora do Arquiteto do Universo para se contraporem à concepção teísta da ordem provincial, com seus rompantes e acessos de temperamento. Ao invés desta determinação por uma vontade cambiante, irascível e idiossincrásica, propunham uma nova versão da ordem do mundo. Tudo existe graças a um discurso originário e fundador, que estabelece a ordenação das coisas. Cria, nomeia e legisla. As leis outorgadas à criação passam a regê-la, independente da vontade criadora.

Distinguir e separar as funções; inventar e designar-lhes os espaços apropriados; combinar corretamente as peças, para que funcionem com o mínimo atrito possível – isto é planejar. É produzir a forma urbana perfeita das funções, num autêntico platonismo, que recria o mundo, dando-lhe as suas formas “naturais”.

A hierarquização dos espaços-funções deve incrementar o rendimento funcional da totalidade. Morar melhor, divertir-se melhor, onde *melhor* é sinônimo de *mais*. Aí está o que vem a ser, afinal, a proposta de viver ‘modernamente’. O projeto urbano racionalista acaba se transformando, ao longo desse caminho, numa espécie de taylorismo urbanístico, que segrega, particulariza e disciplina os espaços. E as atividades, por consequência.

Teríamos, a partir daí, as condições para levantar uma lebre da qual tomamos conhecimento, até agora, de forma implícita ou tangencial: o dilema da *tradição* e da *modernidade*, no desenvolvimento recente dos centros urbanos brasileiros. A questão não é pertinente apenas com relação ao discurso dos arquitetos e urbanistas, que aplicaram, ou ainda aplicam, os ensinamentos da cartilha do racionalismo lecorbusiano. O dilema já se incorporou ao senso-comum dos habitantes das metrópoles, que o discutem, sem floreios acadêmicos, mas com o envolvimento de quem precisa resolvê-lo, no cotidiano.

Nos termos desse dilema, como situar o Catumbi? Que lições nos proporciona esse bairro quanto aos processos de implementação e apropriação do espaço urbano? Até que ponto um estudo como este pode contribuir para um entendimento mais claro das práticas e das normas que as orientam? Aonde nos leva uma abordagem pragmática ou praxeológica da vida nas cidades, afinal?

Todo o processo de apropriação dos espaços, num centro de bairro tradicional, como é o Catumbi, é condicionado pela maneira segundo a qual as diferentes funções primárias da vida urbana se articulam, dentro de uma mesma área. E de tal modo que nem sempre possamos reconhecer onde começam e onde terminam os conjuntos articulados.

O princípio da diversidade,⁸ destacado em nosso restrito *corpus* etnográfico, dá margem a muitas conjunções de espaços e atividades, que, no entanto, não se excluem mutuamente. Esses conjuntos têm fronteiras fluidas e flexíveis. Podem recobrir-se parcial ou totalmente. Quer dizer: não há uma coisa apropriada para cada espaço, nem um espaço apropriado para cada coisa. A mistura não é um acidente. É antes a maneira de habitar esse tipo de área – o seu estilo de vida urbana. Os arranjos que produz não estão limitados a um determinado espectro de possibilidades, o que significa que existem, e que são admissíveis e lógicos, vários tipos de ordem.

A diversidade eqüivale à negação de uma única e determinada forma de conceber e implementar a classificação. A tradição intelectual racionalista define a *classe* como um conjunto cujos elementos compartilham um

determinado traço. Nesse tipo de sistema, cada classe se integra, em virtude do mesmo princípio, a um conjunto de nível imediatamente superior, no qual passa a estar inteiramente contida. Duas classes quaisquer se distinguem, quando são de mesma ordem, segundo um critério binário, de acordo com o qual uma é marcada (possui o traço) e outra é não-marcada (não possui o traço). Como exemplos clássicos temos os quadros de sons da lingüística.

O resultado desse princípio classificatório é o seu caráter linear, a exigência de fronteiras nítidas e sua configuração como um diagrama em árvore, representação gráfica mais comum do sistema. As classificações que o seguem são *monotéticas*. Derivam de um, e somente um, princípio.⁹ A cada classe corresponde um nome, um lugar, o que dá origem a um equívoco, o que leva a crer que tudo aquilo que possui o mesmo rótulo, ocupa o mesmo lugar, e deve, portanto, ser da mesma natureza. Essa crença foi criticada, de um ponto de vista filosófico, por Wittgenstein, em sua teoria contextual do significado.¹⁰

Para lidar com um sistema de múltiplas conexões, em que os conjuntos se definem contextualmente, podendo recobrir-se de diversas maneiras, é necessário postular outro princípio classificatório. Este seria *politético*. Neste caso, as classes se constituem diferentemente, de acordo com a variação do referencial. Em conseqüência, as possibilidades de leitura permanecem em aberto. À univocidade de leitura e critério das classificações em árvore corresponde a multivocidade de combinações do princípio do semi-retículo.¹¹

Cada possibilidade é um conjunto. Cada conjunto é um contexto. A interseção de dois contextos, no entanto, constitui um terceiro. Por isso, nesta perspectiva, categorias e espaços são relativos. O que é *público* em um contexto, pode ser *privado* em outro. O que é *casa*, visto de determinado ângulo, pode ser *rua*, visto de outro. As atividades, da mesma forma. O que é *trabalho* em dadas circunstâncias, pode se revelar como *lazer* em outras.

Os sistemas monotéticos estão para os politéticos, como a estática está para a dinâmica. Ou a rigidez para a flexibilidade. É uma apreensão processual, mais do que uma ênfase nas 'estruturas', que nos permite afirmar: os significados dos espaços são, de fato, todos os seus usos contextuais. Os recortes e as apropriações, além de múltiplos, são não-excludentes, vale dizer, muitas atividades podem se dar no mesmo espaço, redefinindo-o, a cada momento.

Os sistemas concebidos dessa maneira têm a virtude de saberem coabitar com a ambigüidade. Coabitação, que nem sempre é fácil e tranqüila, admitindo, virtualmente, as dissensões, interferências e conflitos. Como as fronteiras são sempre contextuais, a única forma para desfazer acavalamentos indesejáveis, ou para hierarquizar as diferentes formas de apropriação, tornando-as compatíveis, é a prática permanente da negociação.

Negociar as apropriações diferenciais dos espaços faz parte da pedagogia da rua, no Catumbi. O caráter sintético das regras, nesse domínio, o constitui como eixo fundamental de elaboração da cidadania e da civilidade. A cidadania é a convicção da auto-pertinência a um universo social que compartilha um conjunto de representações e relações, das quais o espaço e seus modos de apropriação fazem parte. A cidadania mais do que um estatuto formal, é o exercício da responsabilidade com relação ao que é comum. A civilidade é o manejo adequado do sistema e de suas regras, no plano das práticas quotidianas. É preciso negociar porque há muitas 'razões' (*logoi*). Há

muitas razões porque existe diversidade. E há diversidade porque a pletera das práticas a cria, sustenta e estimula.

As teorias de inspiração racionalista e progressista parecem desconhecer o fato de que o meio urbano, caracterizado pela diversidade, é uma ordem perdulária só na aparência. Por isso acreditam simplificar a cidade, eliminando seus pontos de estrangulamento e dispêndios inúteis. Uma ilusão. Se o planejador tem razão quanto a estar simplificando, isso não lhe garante, no entanto, que o desempenho das funções urbanas se torne menos custoso. Sua prática racionalizadora é analítica. Com ela pretende chegar às formas elementares da vida urbana, que acredita existirem também na diversidade tradicional, ainda que de maneira ‘impura’. E aí reside sua ilusão. O resultado de sua análise não são elementos simples, para os quais bastaria encontrar a melhor forma. Na realidade, cada um desses elementos já é ele mesmo uma síntese.

O funcionalismo se vale de um arsenal sofisticado e complexo de análise do espaço. Com ele acaba desembocando em simplificações corriqueiras, que reproduzem, ao final, os pressupostos que existiam de saída. O mundo das práticas quotidianas tem desafiado abertamente essa paixão racionalista. Talvez porque esteja operando com sistemas, que, partindo de alguns princípios bastante simples, conseguem produzir complexidade e riqueza. Compreender esses sistemas exige que sejam encarados de um ponto de vista diferente. As práticas quotidianas oferecem este ponto de vista. Por isso, consideramos necessário investir no estudo da pragmática e da praxiologia dos espaços urbanos.

Notas

¹ Este trabalho retoma um argumento desenvolvido anteriormente em **Quando a Rua vira Casa** (Vogel; Mello; Santos et alii, 1981), publicação que resultou do projeto de pesquisa sobre “Apropriação de Espaços de Uso Coletivo em um Centro de Bairro”, realizada no Centro de Pesquisas Urbanas do IBAM, com financiamento da FINEP, em 1979/80.

² Basta conferir: uma publicação recente (1981) de Kevin Lynch tem o sugestivo título de *A Theory of Good City Form*.

³ Cf. Geertz, 1975.

⁴ Cf. Bourdieu, 1972:51.

⁵ O utente se distingue do usuário, pois sua relação com o espaço não é eventual. Implica um tipo de envolvimento necessário, constante e interessado.

⁶ Cf. Durkheim & Mauss, 1903.

⁷ Cf. Certeau, 1982 - Conferência no IBAM sobre “As práticas quotidianas na cultura das cidades”.

⁸ Cf. Jacobs, 1961.

⁹ Cf. Needham, 1979:63-64.

¹⁰ Cf. Wittgenstein, 1979.

¹¹ Cf. Alexander, 1969.

Referências Bibliográficas

ALEXANDER, Christopher. "La Ciudad No Es Un Árbol", in *Aspectos de Matemática y Deseño*. Barcelona, Tusquets, 1969.

BOURDIEU, Pierre. "La Maison Ou Le Mond Renversé", in *Esquisse D'Une Théorie De La Pratique*. Genève/ Paris, Libraire Droz, 1972.

DURKHEIM, E. & MAUSS, M. De Quelques Formes Primitives de Classification. in Marcel Mauss - Oeuvres 2. Paris, Les Éditions de Minuit, 1903.

GEERTZ, Clifford *The Interpretation of Cultures*. N.York, Basic Books, Inc. 1975.

HALBWACHS, Maurice. *Morphologie Sociale*. Paris, Presses Universitaires de France, 1938.

JACOBS, Jane. Muerte y Vida de las Grandes Ciudades Norteamericanas. Madrid, Eds. Peninsula, [1961] 1973.

KEVIN, Lynch. *A Theory of Good City Form*. Cambridge, HIT Press, 1981.

MAUSS, M & BEUCHAT, H. "Ensaio sobre as Variações Sazoneiras nas Sociedades Esquimó", in *Sociologia & Antropologia*. São Paulo, EPU-EDUSP (1974), 1904/5.

VAN GENNEP, Arnold. *Os Ritos de Passagem*. Petrópolis, Vozes, 1978.

NEEDHAM, Rodney. *Symbolic Classification*. California, Goodyear, 1979.

VOGEL, A., MELLO, M. A., Santos, C.N.F. et alii. *Quando a Rua vira Casa*. A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro. Rio, IBAM/FINEP, 1981.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. São Paulo, Ed. Abril, 1979.